



Assembleia Municipal

----- Face á não utilização de um conjunto de parcelas agrícolas por parte do IEFP, este deu autorização expressa para que a Câmara Municipal pudesse lançar o concurso para desenvolver actividades de empreendedorismo agrícola”. -----

ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA

1) Apreciação e votação dos Contrato-Programa das Freguesias de Benfeita; Piódão; Pomares; Pombeiro da Beira; São Martinho da Cortiça e Sarzedo e da União das Freguesias de Cerdeira e Moura Da Serra; Coja e Barril de Alva; Vila Cova do Alva e Anceriz e Cegos e Teixeira, no apoio financeiro para a comparticipação na execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva e aquisição de equipamento.-----

Não havendo pedidos para intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação o contrato programa tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

2) Apreciação e votação dos Contrato-Programa da Freguesia de Arganil, Folques, Piódão, Pomares, Pombeiro da Beira, S. Martinho da Cortiça, Sarzedo e União das Freguesias de Cegos e Teixeira, Cerdeira e Moura da Serra, Coja e Barril de Alva e Vila Cova do Alva e Anceriz no apoio financeiro para a comparticipação na execução de diversos trabalhos nas citadas freguesias.-----

----- Não havendo pedidos para intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação o contrato programa tendo sido aprovado por unanimidade. -----



Assembleia Municipal

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

3)-Apreciação e votação da Revisão do Plano Director Municipal de Arganil com base no artº 79 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. -----

----- Foi dada a palavra ao Executivo, na pessoa do **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves**, para proferir, “farei uma intervenção enquadradora, naturalmente poderão surgir algumas questões de natureza técnica, e para isso, temos a equipa técnica que acompanhou a revisão do plano que poderá também responder e dar alguns contributos e responder também a alguma questão mais específica que os senhores Deputados queiram colocar de natureza técnica. ----

----- O Plano Director Municipal é um instrumento de planeamento muito importante, que determina também a forma como o concelho cresce e se desenvolve no contexto do território. -----

----- O PDM na sua versão original foi publicado em diário da república em vinte e um do onze de mil novecentos e noventa e cinco, há praticamente vinte anos e portanto tornou-se necessário criar-se um processo de revisão que acompanha-se o conjunto de mudanças que têm surgido em Portugal e em particular na nossa região e que pudessem dar expressão também a essas mudanças. Nesse sentido, o processo de revisão iniciou-se em dois mil e oito com a publicação da Comissão de Acompanhamento em nove de Outubro de dois mil e oito. Foi um processo que levou o seu tempo, estamos a falar de quase sete anos do processo de revisão do PDM, que mesmo assim é menos do que aquilo que é a média do conjunto dos Municípios do país, que anda por volta dos dez anos, mas é importante também referir que, julgo que é inadmissível que um processo de revisão de um Plano Director Municipal, leve este tempo todo. Isso deve-se a um sistema legislativo anacrónico, muito burocrático, que envolve muitas entidades e quero recordar apenas que a nossa comissão de acompanhamento do PDM tinha vinte e quatro entidades e cada uma com as suas orientações sectoriais. Por outro lado, também houve algumas mudanças legislativas que atrasaram este processo e recordo que se não fosse possível hoje podermos apreciar e votar esta proposta de revisão do PDM, a vinte e nove de Junho, tudo mudava e teríamos que voltar praticamente à estaca zero face há mudança da legislação, portanto, é muito importante dizer que esta era a última oportunidade para concretizar a Revisão do Plano Director Municipal sob pena de termos que reiniciar



Assembleia Municipal

o processo. O resultado final como não poderia deixar de ser, é um compromisso entre aquilo que eram as expectativas do concelho verberadas pela Câmara Municipal e aquilo que são as imposições da Administração Central, nomeadamente aquelas que mais ligam com as condicionantes de reserva ecológica nacional e reserva agrícola nacional.-----

-----A quando do início do processo de discussão pública, tive ocasião de apelar à participação das freguesias, das populações, das pessoas, porque os seu contributo poderia ser relevante para melhorar o documento que estávamos a discutir. Nesse sentido, foram desenvolvidas sessões em todas as freguesias e uniões de freguesia e é com regozijo e com agrado que registamos um elevado número de participações, trezentas e sessenta e seis. Aquilo que dizíamos, que essa participação pública ajudaria a melhorar a qualidade do plano, era de facto uma expectativa verdadeira e que se veio a cumprir uma vez que das trezentas e sessenta e seis participações, trinta e sete virgula dois por cento, tiveram um acolhimento total e trinta e dois por cento um acolhimento parcial, ou seja, sessenta e nove virgula dois por cento das participações, tiveram acolhimento total ou parcial. -----

-----Um exemplo muito concreto, a questão relacionada com a zona de extracção da catraia, a extracção do caulino, que motivou uma participação significativa da parte quer da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça quer das Instituições da Freguesia, quer das empresas, quer dos cidadãos, foi possível minimizar os riscos de extracção do caulino na zona da Catraia, pela ampliação do aglomerado rural da Catraia dos Poços, pela criação de uma faixa de protecção na estrada nacional dezassete e pela indicação do espaço da quinta do carapinhhal como espaço agro-turístico. Registo também aqui a disponibilidade e a abertura da direcção geral de energia e geologia para acolher e aceitar este conjunto de propostas. -----

----- Aspectos positivos da Revisão do Plano Director Municipal, desde logo a marcação adequada dos aglomerados urbanos e rurais, como os senhores Deputados Municipais sabem, muitos aglomerados que temos no concelho, não estavam sequer marcados na carta de ordenamento do PDM em vigor. Recordo-me de vale de Espinho, Sobral Gordo, para não citar outros exemplos em que era impossível construir dentro destas localidades uma vez que tínhamos a restrição da reserva ecológica nacional. Com este processo de revisão, os aglomerados estão devidamente marcados, sejam aglomerados rurais ou aglomerados urbanos e portanto esta situação não acontecerá. -----

----- Por outro lado a aposta no turismo, também recordo o forte condicionamento que existia à construção de equipamentos turísticos fora dos aglomerados, nomeadamente em espaço silvo-pastoril, neste momento, com este processo de revisão é possível construir turismo em espaço rural,



Assembleia Municipal

agrícolas e florestais mediante naturalmente determinadas condições. Por outro lado também a questão que era dramática de querermos captar novas indústrias e falando especificamente do caso da zona industrial da relvinha e não termos espaço industrial classificado para o poder fazer para além de muitas vezes a Câmara não dispor de uma bolsa de terrenos para poder colocar no mercado para a instalação de novas indústrias. Houve um aumento significativo da classificação do solo como espaço para a instalação de indústrias com o processo de revisão do Plano Director Municipal.-----

----- Também outra matéria que há partida seria fortemente constrangedora daquilo que é o desenvolvimento do concelho, nomeadamente as áreas de edificação dispersa. O PROT, as orientações do Plano Regional de Ordenamento do Território, apontavam para que a área mínima para poder construir fora dos aglomerados urbanos e dos aglomerados rurais fosse trinta mil metros quadrados, três hectares e nós conseguimos dez mil metros quadrados, um hectare, continua a ser uma área significativa é verdade, mas também cruzando esta orientação com aquilo que é a legislação no domínio das florestas, dificilmente poderíamos ter uma situação mais favorável do que esta, que é a dos dez mil metros quadrados. Recordo apenas que um concelho vizinho, que terminou à muito pouco tempo o processo de Revisão do Plano Director Municipal e lá ficou plasmado que as áreas mínimas para poder construir na maior parte das freguesias, são trinta mil metros quadrados e noutras freguesias são vinte mil metros quadrados, portanto nós temos a situação mais favorável da região centro em termos de edificabilidade fora dos aglomerados urbanos e dos aglomerados rurais. --

----- Em conclusão, este é um documento como disse, fortemente condicionado pelas exigências da administração central, pelos seus organismos, é o compromisso possível entre aquilo que são as nossas expectativas e aquilo que foram as nossas propostas e recordo que as nossas propostas mesmo depois da discussão pública, foi de levar a estas entidades aquilo que eram as pretensões de todas as pessoas, instituições e freguesias que participaram. Foi possível ter aquele grau de acolhimento que já referi, mas de facto é o compromisso possível entre todos estes aspetos. -----

----- Não queria terminar sem deixar aqui uma palavra de agradecimento à equipa que nos acompanhou e em particular à doutora Eduarda porque viveu este processo e trabalhou neste processo muito de perto nos últimos sete anos e queria-lhe agradecer muito o empenhamento colocado ao serviço deste projecto e que finalmente está próximo do seu final e queria-lhe dar esta palavra de apreço e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. Também à doutora Inês já mais recentemente este processo, cujo trabalho também foi importante para a sua conclusão. -----



Assembleia Municipal

----- Finalmente dar nota também da nossa satisfação também por cumprirmos aquilo que era um compromisso assumido com os arganilenses e finalmente estarmos em condições de concluir a Revisão do Plano Director Municipal, muito obrigado senhor presidente”. -----

----- Depois de realizadas as inscrições, foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Junta de São Martinho da Cortiça, Rui Franco** que começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal para de seguida referir, “começo por e um pouco à parte deste tema, mas permita-me estas breves palavras visto que não tive oportunidade de me inscrever no período dos interesses do Município. -----

----- Uma palavra de agradecimento especial a todas as pessoas que compõem os diferentes Executivos das Juntas de freguesia, o Executivo da Câmara Municipal, os senhores Vereadores e o Senhor Presidente, por tantas e tantas vezes que demonstram a sua generosidade e disponibilidade para servir a causa pública, quando utilizamos e aqui já falo também incluído, as nossas viaturas pessoais para trabalhar para a comunidade, tantos e tantos quilómetros que nós fazemos com as nossas viaturas particulares para bem da comunidade. -----

----- Agora sim relativamente ao tema em questão, uma palavra também de agradecimento e de elogio muito sincero ao Executivo da Câmara Municipal e aos técnicos da comissão de acompanhamento da revisão do PDM, pelo excelente trabalho realizado, que no espaço de tempo tão curto em relação àquilo que é habitual nas revisões do PDM ao nível nacional, conseguiram fazer um trabalho excelente, com transparência, com espírito de dedicação e nestes níveis, e eu posso testemunhar isso porque estive bem perto nas questões relacionadas com a minha freguesia, São Martinho da Cortiça. As questões graves que afectavam a minha freguesia em relação ao PDM foram na medida do possível e naquilo que tecnicamente é possível, foram e estão contempladas e resolvidas neste plano director, nomeadamente a problemática de extracção de inertes do caulino na serra da Catraia dos Poços, a criação de limites urbanos e da nova figura dos limites dos aglomerados rurais inexistentes até agora e que vem resolver muitos problemas, que vão permitir edificação dentro desses espaços rurais de uma forma ordenada. -----

----- A criação do espaço agro-turístico na quinta do Carapinhal, a criação de tantos limites e limitativos que ordenam precisamente a edificação dentro do nosso território. Dizer-vos que o anterior PDM não teve a participação da comunidade, este teve e com certeza só por isso já lhe podemos dizer, que é o nosso PDM, é com certeza um instrumento de gestão territorial que está mais ao nosso serviço do que o anterior. É um excelente documento, basta até salientar aqui, como o Senhor



Assembleia Municipal

Presidente já referiu, o limite para edificação em espaço agrícola florestal de um hectare que foi conseguido para o concelho de Arganil quando outros concelhos não conseguiram. Salientar a participação para além dos técnicos de acompanhamento da Revisão do PDM, a dedicação e o empenhamento pessoal do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos senhores Vereadores, junto dos organismos da Administração Central que tutelam as diferentes áreas e os diferentes tipos de ocupação de solo no nosso território e com certeza por esse empenho e por essa dedicação é que foi possível chegar a este momento.-----

----- Salientar a grande participação dos São Martinhenses no processo de participação da Revisão do PDM, recorde que das trezentas e sessenta e seis participações que houve por todo o concelho de arganil, mais de noventa pertenceram há freguesia de São Martinho, o que significa que as pessoas estão empenhadas em participar na construção de um documento que é essencial para o nosso crescimento, isso foi conseguido, foi conseguido também porque a Junta de Freguesia, desde a primeira hora, participou ativamente e informou a população sobre tudo aquilo que havia necessidade de informar, portanto foi um documento conseguido e vai ser com certeza um documento conseguido, para bem do Município porque este sim é um Plano Diretor Municipal onde nós participámos na sua construção e tenho a certeza absoluta que vai ser bem melhor que o anterior. -----

----- Terminando fazendo uma questão concreta aos técnicos da comissão de acompanhamento da Revisão do PDM. Em todas aquelas questões que não foi possível satisfazer todos aqueles pedidos dos cidadãos, essa decisão esteve na base de quem? Ou seja, foi o Município que não quis satisfazer esses pedidos ou são questões de problemas técnicos de relacionamentos de organismos públicos, nomeadamente a Comissão da REN, da Agricultura, da gestão das Florestas, da Geologia por exemplo, colocaram eles sim o limite e o entrave para que isso não fosse possível? -----

----- É extremamente importante responder a esta questão porquê? Porque eu tenho a certeza absoluta que o que não foi possível aprovar, ou que não foi aprovado, teve por base com certeza questões de ordem técnica e não da vontade ou da falta de vontade do Município. -----

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, para referir “relativamente a este assunto, porque é um documento estruturante, todos temos essa noção, eu sinto-me hoje bastante desconfortável para o analisar. -----



Assembleia Municipal

----- Eu tive acesso ao documento ontem e li a cem à hora este documento, sem tempo para refletir, sem tempo para parar e sem tempo para justificações. Esta minha intervenção inicial é enquadradora e poderei voltar aos pormenores e também tenho pormenores para referir, mas o que eu gostaria de dizer inicialmente é o seguinte: Eu não tive ocasião nem oportunidade de fazer e de argumentar perante mim próprio o meu sentido de voto nem tenho esse à vontade para uma votação positiva e também pela mesma lógica, pelo mesmo raciocínio por uma intervenção negativa. No fundo e nesta intervenção enquadradora eu entendo que não há condições objetivas para análise de um documento com esta importância. -----

----- Nós estamos, foi referido já pela intervenção do senhor Presidente, que é um processo que tem anos, sete anos. Em sete anos foi dado a todos nós, o órgão que tem a responsabilidade de validar este documento estruturante, um dia, uma noite para de facto tomar contacto, ajuizar, fazer opinião e chegar aqui hoje e de uma forma consciente poder votar. Eu penso que isso não acontece agora e esta é a minha intervenção primeira, sobre este assunto”.-----

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado Fernando Vale**, para proferir “a bancada do Partido Socialista, considera o processo de revisão do PDM como uma oportunidade perdida e lamenta a falta de interesse que o Executivo Municipal colocou neste processo. -----

----- O que se passou esta semana, é exemplo demonstrativo disso mesmo, para além de demonstrar desleixo que constitui um profundo desrespeito para com os membros desta Assembleia. Um documento com a importância e complexidade do PDM, para além de não nos ser enviado de forma atempada, integra correções de última hora, depois de sete anos em elaboração. -----

----- Às dezasseis horas e onze minutos de ontem, sexta-feira, recebemos uma mensagem de correio eletrónico do Senhor Presidente da Assembleia Municipal com o seguinte teor “ no seguimento da reunião de Câmara do passado dia vinte e três de Junho e tendo sido detetados alguns dados que careciam de atualização sinalizados pelos membros do Executivo Municipal na proposta de versão final da Revisão do Plano Diretor Municipal de Arganil, entendeu-se oportuno proceder à correção do referido documento”. Então pergunto eu, só na passada terça-feira é que foi detetado? Isto parece-me incrível, só na terça-feira é que foram detetados estes erros? Meus senhores é que dá a sensação que os membros do Executivo Municipal, não ligaram nenhuma ao PDM e nem sequer leram os documentos. -----



Assembleia Municipal

-----O Partido Socialista de Arganil não tem grandes motivos para alterar o que manifestou durante o período da discussão pública e eu aqui quero salvaguardar o trabalho técnico tanto da doutora Eduarda Figueiredo como do doutor João Ruas porque conheço o seu trabalho, conheço o seu empenho e conheço o rigor que colocam nas tarefas que executam. Isto tem a ver com uma visão estratégica do Município que o Executivo Municipal tinha o dever de aqui colocar neste documento e que não o colocou. -----

----- Assim a proposta da revisão do PDM de Arganil agora apresentada é realizada no momento agora considerado posterior à efetiva conclusão das tarefas inerentes. Para além da gestão política, por meras questões eleitorais uma vez que este PDM deveria ter sido apresentada em dois mil e treze, não é clara nenhuma razão para esta elação temporal, o que se lamenta dada a absoluta importância do PDM como principal instrumento da gestão territorial e a urgência da sua entrada em vigor. -----

----- A versão final da proposta revisão do PDM de Arganil, não apresenta nada de estrategicamente inovador, ambicioso ou diferente que permita sustentar o declínio demográfico ou alavancar o crescimento social e económico com base no emprego como aliás o próprio documento o reconhece quando se refere o potencial industrial de Arganil, continua a não ser suficiente para criar dinâmicas de fixação quer de gente quer de investimento para a parte alta do concelho. As unidades industriais da carriça e da Progresso, encerraram e acentuaram as dificuldades de oferta de emprego. Isto já foi um apontamento de última hora, sexta-feira, porque antigamente, no anterior documento ainda estavam abertas estas empresas. E eu digo, nem para a parte alta nem para a parte baixa do concelho. A destruição de emprego no concelho de Arganil tem sido substancialmente maior do que a criação de emprego em todo o seu território. -----

----- Até às dezasseis horas e onze minutos de ontem, altura em que o relatório do plano nos foi enviado, este documento retratava o concelho em dois mil e onze, pré reforma administrativa, com unidades industriais entretanto fechadas ainda em funcionamento, apresentava a requalificação da cerâmica arganilense como obra futura e esquecia projetos como o museu do rally apresentado com pompa em altura bem anterior a junho de dois mil e catorze e o seu impacto económico-social associado que até já foi alvo de ambiciosa quantificação por parte do Executivo PSD. Aqui aproveitamos para perguntar qual o ponto de situação do Museu do Rally? -----

----- A proposta da revisão do PDM de Arganil refere uma metodologia de desenvolvimento de tarefas técnicas e políticas que incluem momentos e ações que não aconteceram efetivamente como



Assembleia Municipal

sejam exemplos de suposta criação de uma comissão de acompanhamento interna com inclusão de representantes da oposição quer do Executivo Municipal, quer da Assembleia Municipal ou de um envolvimento de agentes de desenvolvimento. Igualmente não foi disponibilizado um blog de apoio à participação da comunidade, seria expectável que o processo de revisão do PDM tivesse desencadeado uma auscultação alargada aos industriais e restantes agentes económicos, verdadeiros responsáveis pelo desenvolvimento económico e criação de emprego. Seria expectável que a Câmara Municipal de Arganil, tivesse envolvido todos na construção deste documento estratégico, para que todos se revissem nele e fosse efetivamente um documento que perspetivasse uma visão desenvolvimentista do concelho. A proposta da Revisão do PDM de Arganil assume o declínio continuado do Concelho de Arganil e que entretanto se agravou, tanto ao nível demográfico, com uma das mais negativas taxas decréscimo demográfico da região, como a nível social e económico com o encerramento de empresas. -----

----- A proposta da Revisão do PDM de Arganil não apresenta nada de estrategicamente inovador, ambicioso ou diferente que permita estancar a sangria demográfica ou alavancar o crescimento social e económico com base no emprego e devia fazê-lo, pois a nossa população é trabalhadora, profissional e qualificada como atestam os resultados e o sucesso de algumas empresas exportadoras do nosso concelho e como hoje, já tivemos aqui oportunidade de escutar. O PDM assenta a sua execução apenas na expansão urbana de uma zona de Arganil, outra em Coja e nas ampliações das zonas industriais da Relvinha e Coja grosso modo, nos mesmos modelos que existem. Falam de zonas industriais de nova geração mas nada indica de substantivo provando que esse não passa de um conceito abstrato e indefinido, é muito pouco para uma vigência de dez anos e aqui também de manhã, o senhor engenheiro Francisco Moreira teve oportunidade também de destacar alguns erros que foram e estão a ser cometidos na zona industrial da relvinha. -----

----- A proposta de Revisão do PDM de Arganil, reflete um conhecimento pouco aprofundado do Concelho de Arganil e das suas valências. Não apresenta qualquer forma de discriminação positiva ou de medidas de compensação ou de estímulo, sejam elas majorações índices, sejam apoios expressos ao nível técnico-financeiro seja a nível de redução de taxas que permitam diferenciar este território das realidades vizinhas. Seria uma forma de conduzir intenções, de investimento ao nível da construção para reabilitação dos núcleos urbanos das nossas vilas e aldeias com a possibilidade de limitação de áreas de reabilitação urbana que até agora não conhecemos. -----



Assembleia Municipal

-----A proposta de Revisão do PDM de Arganil inclui nas ações futuras a desenvolver pós entrada em vigor do PDM a execução de um plano de marketing territorial, mas estranhamente não o prevê na cronologia de execução e financiamento. -----

-----A proposta de Revisão do PDM de Arganil era uma oportunidade de fazer história, produzindo um documento que quanto mais discutido, alargado e transparente, mais e melhor teria sido assumido como sendo de todos e para todos. É referido que o plano de marketing territorial de investir na identidade arganilense. O Partido Socialista de Arganil, está bem ciente do que significa identidade de Arganilense e quais as suas pressões. Essa identidade vai muito para além da marca Piódão, gastronomia ou da paisagem, a identidade Arganilense é sobretudo fruto e expressão de uma gente, da sua cultura, da sua história longínqua e recente, da sua ligação à terra, da sua forma de ocupar e de a lidar, da intensidade umbilical e da sua ligação às raízes que estejam onde estiverem, se exprimem no associativismo empreendedor e no fervor das suas convicções religiosas, sociais ou políticas. A identidade arganilense passa ainda pela defesa incontornável da dignidade do mundo rural e o seu aproveitamento para o desenvolvimento do concelho, quer seja através do recurso solo, da agricultura, da floresta, da energia, do emprego, da redução dos riscos ou do turismo. Portanto, como corolário, consideramos que esta oportunidade de rever a estratégia concelhia há dez anos não foi aproveitada pelo executivo PSD, tendo resultado um documento pouco ambicioso e nada diferenciador. A avaliação real do PDM começa agora quando se cruzar com as legítimas ambições dos cidadãos do nosso Concelho. Nesse momento confirmaremos se estamos perante um documento datado, hermético e condicionador, ou pelo contrário se se trata de um documento promotor do desenvolvimento económico, versátil no tempo e no espaço e acolhedor de investimento e de pessoas como o Concelho de Arganil desesperadamente necessita na certeza de que a importância estratégica que teríamos dado a este documento fundamental seria certamente extinta da promovida pelo Executivo PSD ao longo deste processo, com fraco envolvimento não só da posição mas também, repito, dos agentes económicos que verdadeiramente promovem o desenvolvimento do Concelho, o Partido Socialista de Arganil, estará sempre disponível para continuar a colaborar na discussão séria, construtiva e alargada dos assuntos do presente e do futuro do Concelho de Arganil e neste caso cá estaremos para uma monitorização séria e criteriosa deste já velho PDM. Nós como já foi aqui referido pelo meu colega Eugénio Fróis, não nos sentimos à vontade para votar este documento, devido à exiguidade temporal com que nos foi enviado, mas devido à obrigatoriedade de aprovação deste documento, hoje em Assembleia Municipal, ou de votação, não vou dizer aprovação, de aprovação, o Partido Socialista irá abster-se apesar de a nossa vontade ser a de votar contra”. -----



Assembleia Municipal

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Rui Portugal**, que começou por cumprimentar a mesa da Assembleia Municipal na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, cumprimentou todo o Executivo na pessoa do senhor Presidente da Câmara e de seguida cumprimentou os restantes membros presentes. -----

----- “Como saberão, pelo menos alguns estariam cá na altura em que fui indicado para representar esta Assembleia na comissão de acompanhamento da revisão do PDM, isto no mandato de dois mil e cinco / dois mil e nove e nessa qualidade participei em todas as reuniões relacionadas com este assunto, quer nesta Câmara, quer na CCDR. Numa das primeiras reuniões da Assembleia, depois de eu ter sido indicado para a Comissão de Acompanhamento, solicitei a todos os colegas desta Assembleia, na altura seriam outros, é evidente porque entretanto houve alterações, para se entendessem, me enviarem as suas participações, as suas sugestões, para eu poder apresentar nas reuniões que se seguiram, lamentavelmente não recebi qualquer sugestão. Um facto que eu lamento muito mas foi um trabalho que eu tive que realizar sozinho, alicerçado em alguns conhecimentos que eu tenho por curiosidade, por aquilo que se passa há minha volta, e foi nessa base que eu fiz um trabalho e que eu gostaria de ler aqui um resumo do mesmo, se o Senhor Presidente me der licença.”

----- “ Contribuição de Rui Martins Portugal, membro da respetiva Comissão de Acompanhamento, em representação da Assembleia Municipal. -----

----- Como nota prévia informa-se que o relator, não tendo formação técnica na área do urbanismo, não deixará, contudo, de fornecer algumas notas de que se espera obter algum acolhimento da parte de quem deva refletir, certamente já com uma visão tecnicista, sobre este importante instrumento de ordenamento urbanístico. -----

----- Trata-se de rudimentos colhidos, quer através da observação atenta da dinâmica territorial com uma especial sensibilidade e respeito pelos componentes da mãe natureza, quer através da auscultação de pessoas com as mais diversas opiniões e perspetivas acerca deste tema. -----

----- Um - O Plano Diretor Municipal em gestação, deverá alicerçar-se nos seguintes objetivos estratégicos: -----

----- Promover o crescimento económico do município utilizando os recursos naturais com o menor impacto no ambiente, designadamente nas alterações climáticas; -----



Assembleia Municipal

----- Conservação da natureza, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia, paleontologia e da biodiversidade articulada com as políticas setoriais e de combate à desertificação; -

----- Estruturar o povoamento das áreas de baixa densidade, libertando os perímetros urbanos das condicionantes que limitam a fixação da população nos seus lugares de origem, instalando equipamentos de lazer, recreio e turismo e desenvolver soluções de mobilidade e acessibilidade a todos os grupos populacionais; -----

----- Apoio à inovação e ao desenvolvimento empresarial, com incorporação de novas tecnologias nos processos produtivos e na gestão das empresas; -----

----- Promover o potencial turístico, dando projeção nacional e internacional ao património natural, arquitetónico, arqueológico e paisagístico; -----

----- Dois – A estrutura urbana do concelho desenvolve-se essencialmente ao longo dos eixos viários. Porém, verifica-se que a maioria dos aglomerados urbanos, sobretudo os situados na zona norte e montanhosa, se encontram em franco declínio demográfico e com envelhecimento da população; -----

Há necessidades de definir melhor os perímetros urbanos dos aglomerados, libertando-os de condicionantes que limitam a edificação de novas construções, delinear os seus limites evitando o traçado com linhas quebradas de forma a impedir a existência de espaços desaproveitados dentro das localidades; -----

----- Aponta-se como exemplos típicos os casos das aldeias de Vale de Espinho e Fronhas, da freguesia de S. Martinho da Cortiça – a par de outras situações iguais – onde, por força do POAF, não é autorizada uma nova construção e até a simples ampliação e requalificação de casas já existentes dentro do seu perímetro urbano, é como se estas povoações não tivessem existência, como tal, sequer no mapa! -----

----- Fora dos aglomerados urbanos, nos espaços agrícolas, agro-silvopastoril e florestal, há que considerar para efeitos de licenciamento, desde logo, a pré-existência de construção e reduzir substancialmente as áreas mínimas das parcelas para qualquer tipo de construção: - unifamiliar (dois mil metros quadrados), fins turísticos (ausência de limites), industriais, agrícolas, pecuários e aquícolas; -----



Assembleia Municipal

----- Tem-se verificado a intensificação de restrições ou condicionantes provenientes das RAN, REN, POAF, Rede Natura dois mil e Espaços para Indústria Extrativa que, por vezes, se revelam desajustados das dinâmicas atuais, estou a pensar num caso ocorrido na freguesia de S. Martinho da Cortiça, em que foi negado o licenciamento de uma construção pelo facto de parte da sua edificação se localizar em RAN ou REN. Trata-se, para mim que sou um acérrimo ecologista, de uma decisão fundamentalista, dada a elevada taxa de desertificação que está a ocorrer no interior do nosso país. Par se aquilatar desta galopante realidade, é necessário que os decisores saiam dos seus cómodos gabinetes e venham pisar o terreno para melhor conhecer o País real. -----

----- Disponibilizar incentivos económicos, financeiros e fiscais na construção, localizada sobretudo nas zonas de maior interioridade e, prioritariamente, na requalificação de prédios degradados; -----

----- É preciso investir na ampliação e na beneficiação da rede viária nacional e municipal, para o desenvolvimento de potencialidades regionais, e, sobretudo, dentro dos perímetros urbanos, haver a preocupação de manter o pavimento das ruas com as características tradicionais (calçadas), e construir passeios e estacionamento; -----

----- Três – Apoiar o Turismo, em todas as suas vertentes – Turismo da natureza, com alojamento, atividades de animação ambiental, interpretação e desporto de natureza; -----

----- Proteger e valorizar o património arquitetónico e arqueológico; -----

----- Desenvolver rotas temáticas, recuperar e requalificar edifícios, núcleos históricos e paisagens naturais; -----

----- Definir uma estratégia de desenvolvimento do Turismo, com especial atenção para a parte alta do concelho (Piodão, Aldeias de Xisto, Fraga da Pena, Mata da Margaraça, Benfeita), para as potencialidades da Albufeira da Barragem das Fronhas e dos rios Alva e Ceira; -----

----- Ter em conta, (além do mencionado no projeto do PDM), designadamente, os vestígios de ruínas e vias romanas, dólmenes e monumentos classificados, vestígios de antigas Igrejas, dando como exemplo a da Cabeça Gorda, de S. Martinho da Cortiça; -----

----- Recuperar, de acordo com o original, os troços ainda existentes da Estrada Real; -----

----- Criar um Parque Temático, na península de Lomba de Guerra, na freguesia de Pombeiro da Beira, situada junto à povoação de Vale de Espinho, na margem esquerda da Albufeira da Barragem



Assembleia Municipal

das Fronhas, onde, por exemplo, se poderiam alojar os javalis e outras espécies selvagens que destroem as poucas culturas que ainda se vão produzindo;-----

-----Apoiar, eliminando restrições meramente burocráticas, o grande projeto do Aldeamento Turístico da Quinta da Estafeira, na freguesia de S. Martinho da Cortiça, o empreendimento turístico de maior dimensão no interior centro do país;-----

-----Apoiar os desportos de caça e de pesca e, sobretudo quanto a este, publicitar as potencialidades dos nossos Rios e Ribeiras para a pesca à truta, dando o devido realce aos campeonatos de nível internacional de pesca à truta que se realizam no rio Alva, a jusante da Barragem das Fronhas;-----

Promover campanhas de divulgação a nível nacional e internacional dos produtos turísticos que a região pode oferecer, incluindo a sua gastronomia, do cabrito, bucho, enchidos, peixes do rio, filhós, queijo, mel, licores, aguardentes de bagaço e de mel, ervas aromáticas e a tigelada, doce típico de Côja;- -----

-----Quatro – Focar a atenção no desenvolvimento da dinâmica empresarial, base da sustentabilidade de muitas famílias e, obviamente, motor gerado do progresso local através da criação de postos de trabalho e de riqueza, contribuindo para o aumento demográfico e rejuvenescimento da população;-----

-----Apostar no desenvolvimento e ampliação da Zona Industrial da Relvinha, aproveitando a sua excelente localização geográfica e potencialidades de expansão;-----

-----No entanto, nos espaços empresariais / industriais não integrados em zonas Industriais deverão ser admitidas instalações de indústrias, desde que seja garantido o correto enquadramento ambiental paisagístico;-----

-----Outra das potencialidades do nosso Concelho que merece cuidada atenção é a fileira da Floresta, particularmente nas espécies do pinheiro bravo, eucalipto, castanheiro e carvalho e numa segunda linha os cogumelos e a apicultura; -----

-----Deve merecer particular ponderação o processo de degradação em curso devido à doença (nemátodo) que ataca sobretudo o pinheiro, de forma rápida e imparável e que coloca em causa o rendimento silvícola, autêntica catástrofe que parece não estar a ser objeto de especial atenção no âmbito da investigação científica, de forma a encontrar o adequado remédio; -----



Assembleia Municipal

----- É de realçar a recente instalação da empresa PINEWELLS, na Zona Industrial da Relvinha, produtora do combustível denominado PELETS, pois a mesma consome diariamente, cerca de 500 toneladas de madeira, lenhas e demais sobrantes da floresta, de diversas espécies, com predominância para o pinho;-----

----- Será uma boa forma, a par da biomassa para a produção de energia, de valorizar os produtos florestais, atenuado, de certa maneira, o enorme prejuízo que advém para os proprietários da grave doença que ataca a madeira do pinheiro;-----

----- Há que investir na sensibilização, informação e educação dos proprietários para o Associativismo de forma a que, por esta via, consigam ter acesso fácil e pouco oneroso aos meios técnicos para a recuperação e reabilitação dos ecossistemas florestais afetados pelos agentes bióticos nocivos;-----

----- Para tanto, é imperioso, por outro lado, proceder à revisão das taxas e burocracias que incidem sobre o licenciamento da mobilização de terrenos para novas plantações, isentar os proprietários do pagamento do IMI e apoiar com subsídios e reflorestação;-----

----- Cinco – A exploração do potencial para a produção de energias renováveis, sobretudo eólicos e de biomassa, deverá constituir, por parte de todas as entidades nacionais e regionais, uma premente preocupação;-----

----- A energia eólica já é uma realidade no nosso Concelho e pode ser um elemento impulsionados na criação de empresas ligadas ao setor, contudo, há que alargar os polos produtores desta energia, tendo em conta sempre o seu impacto ambiental;-----

----- Deve ser também equacionado e incentivado o setor da produção de energia foto voltaica, através de campanhas de sensibilização junto dos moradores, apostando assim no investimento da rede elétrica nacional de forma a que esta reúna condições técnicas para a receção da energia produzida;-----

----- A propósito, lembro que a referida empresa PINEWELLS, tem condições técnicas para aproveitar a energia do calor utilizado no fabrico das pelets, produzindo, simultaneamente, energia elétrica. Não podendo, contudo, fazê-lo porque a rede elétrica no local não tem capacidade de receção.-----



Assembleia Municipal

-----Seis – Finalmente, o nosso Concelho deve ser atrativo para fixar os habitantes e fazê-los sentirem-se bem e, depois ser capaz de atrair e fazer fixar novos habitantes e novas atividades; -----

Os valores, histórico, cultural e de identidade devem, acima de tudo, ser preservados e afirmados numa perspetiva de proporcionar a todos, níveis de qualidade de vida agradáveis e modelos urbanos nos quais a sua população se reveja; -----

----- Deverá haver a preocupação com o fácil acesso aos cuidados de saúde e à assistência médica, sobretudo nos aglomerados com maiores taxas de envelhecimento; -----

----- E apostar nas redes de infraestruturas e equipamentos de nível fundamental que promovem a qualidade de vida, apoiam a atividade económica e asseguram a otimização do acesso à cultura, à educação e à formação, à justiça, à saúde, à segurança social, ao desporto e ao lazer.” -----

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado António Lopes**, para dizer “ quanto ao plano, saí de Lisboa no início da tarde de ontem, estou a ver que chegou lá ao computador às dezasseis horas, por isso não tive conhecimento, no entanto participei ou pelo menos enviei para a Câmara aí há um ano, ano e meio, algumas sugestões e espero que tenham sido incluídas porque se referiam a criação de postos de trabalho. Espero que o Plano aumente a habitabilidade nas zonas históricas de Arganil, Coja, nestas terras maiores, a zona centro está completamente desabitada e trave a habitabilidade ou a construção de prédios fora da zona urbana, porque isso são as despesas improdutivas, precisamos de estradas, de água, de esgotos, de energia, de todo um conjunto de investimentos que na maior parte das vezes é para servir uma habitação ou duas e pouco mais. Veja-se o que acontece em Espanha que todas as povoações crescem circularmente, por isso todo aquele investimento que é feito, é muito menor e muito mais rentabilizado. -----

----- Outro aspeto e este é capaz de ser difícil de incluir num Plano Diretor Municipal, eu estive há pouco em Arouca, não sei se conhecem, Arouca é uma terra como Arganil ou mais pequena, mas tem um aspeto extremamente interessante, é que em todas as ruas, nós andamos em dias de chuva ou dias de sol à vontade, não apanhamos nem o sol do Verão nem a chuva do inverno, porque todas as ruas têm o sistema de platibandas e arcadas que permitem que o transeunte esteja perfeitamente protegido das intempéries, ora as cidades, as vilas, os aglomerados populacionais podem perfeitamente ter isso, basta incluir no Plano Diretor Municipal que o rés-do-chão de cada prédio tem



Assembleia Municipal

de ter um sistema até para os comerciantes é muito mais vantajoso. Eu fiquei realmente admirado, como em Arouca foram capazes de implantar uma situação destas.-----

-----Outro aspeto, lembro-me que há relativamente pouco tempo veio a Portugal um arquiteto paisagista que fez um voo de helicóptero por cima da zona de Lisboa, Porto, Coimbra, por aí, zonas habitacionais disse ele, para reparar todos estes erros de destruição dos prédios e habitações a esmo, Portugal precisará de mais de um século, por isso espero que Arganil não esteja nesse grupo com esse plano.-----

-----Para terminar espero que sejam removidos deste plano, todos os impedimentos para que a fábrica do engenheiro Moreira possa progredir e ter o plano de proteção conveniente. Quanto às maravilhas que já ouvi do Plano, espero que daqui a dez anos, ver se o Plano é bom ou mau, porque só daqui a dez anos é que temos a noção se o Plano é um Plano conveniente para o país, para o Concelho de Arganil ou não, muito obrigada”.-----

-----Usou da palavra o senhor **Representante da Freguesia de Folques, Paulo Batista**, que na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes e de seguida referiu “como representante da freguesia de Folques, acompanhei, elaborei, houve a sessão de esclarecimentos na qual quero salientar a qualidade técnica dos esclarecimentos da altura, foi muito produtivo, foi uma pena não estarem mais pessoas presentes, mas infelizmente nestes casos nós já sabemos como é que isto funciona, pelo menos ao nível das Juntas de Freguesia e como tal a Junta teve que substituir-se um pouco pelas pessoas da freguesia, tendo analisado as possíveis alterações em toda a freguesia, sempre com o principal principio de incentivar a fixação das pessoas e melhorar as condições de vida das pessoas que já lá habitam. Foram feitas treze participações, destas treze participações que foram feitas na freguesia de Folques, dez são da Junta e três são de particulares e empresas. Foram aprovados sete, três favoráveis e quatro favorável parcial e seis reprovados, bem como ali o Senhor Presidente disse está na média do Concelho por aquilo que eu estou a ver, mas em relação à Freguesia de Folques a Junta de Freguesia gostava de ter tido mais participações aprovadas, obrigado”.-----

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Luís Almeida**, “antes de ir ao ponto e àquele que para mim no meu entender é ou deveria ter sido o tema mais importante desta Assembleia, o qual



Assembleia Municipal

infelizmente só por volta do meio-dia é que começou a ser discutido e sobre isso só tenho a lamentar o tempo e sobretudo o tom utilizado por alguns que insistem em avivar fantasmas que são incapazes de ouvir e aceitar democraticamente uma resposta quando fazem uma pergunta parecendo mais preocupados em se ouvir apenas a si próprios como se fossem donos e senhores da razão. -----

----- Nós também tivemos eleições no final de dois mil e treze e dizer também que na minha opinião já é tempo suficiente para de cada um de nós interiorizar e aceitar o papel que o eleitorado nos confiou, bem como também entendo ser tempo suficiente para nos ajustar à cadeira e ao sítio que cada um ocupa nesta sala. -----

----- Relativamente ao PDM vou começar por parabeniza o trabalho técnico na pessoa da doutora Eduarda Figueiredo que é merecedor do nosso maior respeito, também aqui salientar o esforço embora muitas vezes sozinho ou quase sempre sozinho, do colega de bancada Rui Portugal, enquanto membro desta Assembleia Municipal, na Comissão de Acompanhamento do PDM, e como aqui ele já teve oportunidade de referir e ele fê-lo aqui publicamente noutras situações, disponibilizar-se não só com o seu e-mail pessoal, o seu contacto, para receber todos os contributos e mais algum e infelizmente criticas há muitas, mas contributos ou sugestões ele não teve nenhuma. -----

----- Indo ao que interessa, ao que verdadeiramente interessa, quero aqui manifestar o meu regozijo por termos finalmente a oportunidade de votar e conseqüentemente aprovar a Revisão do Plano Diretor Municipal, o PDM documento estratégico de planeamento e desenvolvimento do Concelho, demonstrador do compromisso assumido com o eleitorado arganilense em dois mil e cinco e que uma vez mais o executivo PSD se prepara para cumprir. Mera curiosidade ou talvez não, o facto de que o atual PDM tenha sido aprovado em mil novecentos e noventa e cinco, por outro executivo PSD, já lá vão quase vinte anos. -----

----- A Revisão do PDM constitui um longo e complexo processo cuja morosidade se explica através do envolvimento de múltiplas entidades públicas sujeitas a várias mudanças legislativas resultando num documento, cuja vontade não corresponde à de nenhuma entidade em particular, traduzindo-se num documento de cedência de possíveis consensos. Queria aqui uma vez mais saudar o apelo e a participação ativa das populações nas sessões públicas de esclarecimento realizada por todas as freguesias do concelho, traduzindo-se em trezentos e sessenta e seis contributos e sugestões, revelando-se fundamentais para sinalizar, discutir e mesmo corrigir algumas situações, permitindo reforçar a posição da Câmara junto das outras entidades sobre a importância de produzir alterações, contribuindo para melhorar substancialmente o PDM, tornando-o um documento de e para todos os



Assembleia Municipal

arganilenses. Como prova, o notável registo de quase setenta por cento de participações total ou parcialmente atendidas, demonstrador inequívoco da importância da participação e envolvimento das populações. -----

----- Como aspeto negativo ao longo de todo o processo, destacaria a postura por parte de alguns intervenientes do Partido Socialista, nomeadamente daqueles que no passado tiveram responsabilidades sobre a matéria, deixando cair os prazos e conseqüentemente caducar o processo de revisão do PDM, por vezes é muito fácil falar, difícil é fazer e verdade seja dita, os senhores pouco ou nada fizeram. -----

----- Não posso ainda deixar de manifestar estranheza pela diferença de posição dos vereadores do Partido Socialista, quando num curto espaço de tempo votaram favoravelmente o relatório preliminar, tendo posteriormente optado pela abstenção. -----

----- Em suma e o que fica para a história, tal como nestas Assembleias Municipais, o que fica é a Ata e a Ata explana aquilo que aqui é dito e feito. A análise efetuada pelo PS, resume-se a um mero exercício de correção de pontos e de vírgulas procurando esconder a falta de ideias com imprecisões temporárias próprias de um processo que se arrasta há demasiados anos e que uma vez mais coube ao PSD decidir, muito obrigada”. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Fernando Vale** para referir “eu queria aqui manifestar o meu repúdio por algumas palavras que eu felizmente ouvi mal, acho que eu não ouvi tudo, mas quero manifestar aqui o meu repúdio pelas palavras que foram proferidas pelo senhor membro da Assembleia Municipal, Luís Almeida. É que ouve um dia que se chama vinte cinco de Abril em mil novecentos e setenta e quatro, que nos deu a capacidade e a liberdade de falar e de ouvir as opiniões dos outros, de sermos livres, de sermos tolerantes, portanto vivemos num regime democrático, temos a possibilidade de trocarmos ideias de forma cordata, de forma civilizada e evoluída. As ideias retrógradas, a arrogância e a sobrançeria, não se coadunam com o regime democrático e livre, essas já foram enterradas no vinte cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro e as suas palavras fazem-me recordar esse tempo”. -----



Assembleia Municipal

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado Luís Gomes** que começou por cumprimentar todos os presentes na sua pessoa e de seguida proferiu “a minha intervenção é apenas para deixar aqui duas ou três notas que me parecem importantes na discussão deste ponto. -----

----- Sou com certeza a única pessoa presente aqui nesta Assembleia, que esteve na génese do Plano Diretor Municipal ainda em vigor e que agora vai ser revisto. Talvez melhor do que ninguém, conheço as dificuldades na altura e estou-me a reportar à década de oitenta, das dificuldades que encontrámos para elaborar esse plano, foi elaborado pela empresa PROFABRIL. Eu não sei quantas vezes me desloquei a Lisboa para que realmente o plano pudesse ser executado e tinha que ser executado porque de outra forma não teríamos acesso a financiamentos de fundos comunitários do então chamado FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Nessas deslocações foi preciso muitas reuniões com os técnicos da PROFABRIL, já agora só aqui um parêntesis, eu deslocava-me no meu carro porque a Câmara não tinha carro, mais tarde quando a Câmara comprou um carro, eu muitas vezes deixava-o à porta de casa, com certeza também estaria ao meu serviço particular, mas isto é apenas uma nota, mas realmente as dificuldades para a elaboração do Plano foram muitas e eu aqui não posso deixar de me congratular pelo trabalho que foi desenvolvido não só pelos técnicos da Câmara mas também pela equipa técnica que esteve nesta revisão, penso que é um trabalho válido. É evidente que esta revisão terá lacunas, deficiências, por isso é que num determinado período de tempo A posteriori, poderá ser objeto de uma revisão, nada na vida se consegue fazer com perfeição e se fazemos as coisas com erros é porque tivemos capacidade de as fazer e creio que chegar aqui a este ponto hoje, é dotar Arganil, o concelho, este nosso território com instrumento que lhe permitirá dar um salto de desenvolvimento que todos ambicionámos. -----

----- Eu ouvi com atenção a intervenção da bancada do Partido Socialista, onde à mistura à muita demagogia, palavras bonitas, palavras que creio que não estão bem enquadradas nem se podem enquadrar quando estamos a tratar de um processo tão importante, dizendo que é uma oportunidade perdida, o facto de estarmos aqui a aprovar este Plano, a dilação temporal que houve... Mas eu colocava esta questão, nos mandatos do Partido Socialista, o que é que foi feito, já que aqui foi dada esta nota, em relação à Revisão do PDM em vigor? E que isto é uma estratégia perdida porque isto não vai criar emprego. Quantos postos de trabalho criou o Partido Socialista nos dois mandatos anteriores? Zero, depois veem aqui agora de uma forma demagógica, dizendo que este instrumento realmente não tem validade para o Partido Socialista, é a ambiguidade perfeita. Eu terminaria dizendo apenas, que se aplica na intervenção feita da bancada do Partido Socialista, uma velha frase latina, mas aplica-se aqui mesmo com inteiro rigor “**Rés non verba**” eu explico para quem não estudou latim, “coisas, não palavras”, muito obrigada, senhor Presidente”. -----



Assembleia Municipal

----- Usou da palavra a **Senhora Deputada Arménia Coimbra** para proferir “para concluir e bem, senhor Deputado Luís Almeida, com muito desagrado oiço palavras que profere, escritas antecipadamente como todos tivemos oportunidade de ver, a criticar as vírgulas e a criticar as nossas críticas como se por antecipação ou adivinhação vossa excelência já soubesse quais eram as nossas observações. -----

----- A sua intervenção escrita e lida nesta Assembleia deixam ver que há sempre aí um tom de adivinhação e de crítica, que me desagrada e o que eu aplaudo é efetivamente dizer-se que o Vinte Cinco de Abril existe e porquê ao fim de quarenta anos ter que o recordar. Temos que o recordar infelizmente porque o Senhor Deputado Luis Almeida, começou a sua intervenção por nos lembrar que estas eleições autárquicas foram em dois mil e treze, já lá vão dois anos como se o executivo legitimamente empossado e em execução, tivesse uma carta-branca e não tivesse se quer, que submeter estes documentos à nossa apreciação, mesmo que em minora, foi o que o senhor disse. Portanto, é necessário lembrar quarenta anos depois, é Senhor Presidente que está a abanar com a cabeça que não, mas é Senhor Presidente, preciso dizer que isto é critica normal. Eu já estive em maioria e já estive em minoria e mais, estou habituada no meu quotidiano ao contraditório que muita gente não está e talvez seja o mau do nosso país e estou habituada a decisões que por vezes até são injustas, mas são as das circunstâncias do caso. -----

----- O Senhor Deputado Luis Almeida, ofende-nos quando começa por dizer que nós não devemos criticar, porque nós devemos lembrar que este executivo foi eleito á dois anos e que temos que aprender. Eu tenho um Governo legitimado e tenho um Presidente da Republica legitimado, mas tenho uma oposição legitimada e que às vezes também está correta e que se não existisse o outro que governa e que preside e aqui no caso concreto o Senhor Presidente, não estaria legitimado. A legitimação do Senhor Presidente da Câmara e deste documento, existe porque há a submissão á apreciação deste órgão ao documento, se não, não estaria legitimado. A lei diz-nos isto, porquê lembrar-nos numa intervenção sua que trás de casa preparada, começar logo por nos lembrar que há dois anos foram as eleições e que o Executivo tem direito a tudo. Pois tem e por isso é aprovado e por isso vai ter a maioria, mas vai ouvir a nossa declaração de voto. Desagrada-me ter que dizer isto, desagrada-me com esta idade Luís Gomes, sabendo que foi um dos homens do Vinte Cinco de Abril ter que dizer aquilo que também disse há pouco e disse bem e ensinou bem, e graças que nós estamos aqui como oposição, porque no dia em que Portugal não houver oposição nem que seja um



Assembleia Municipal

na minoria, estaremos todos muito preocupados com o que possa ocorrer, mas esses dias provavelmente não acontecerão”. -----

-----Pedi a palavra o Senhor Deputado Luis Almeida, que referiu “Senhor Presidente, eu não costumo e não sou grande adepto de Pingue-pongue, mas também não posso ficar calado, até porque e na próxima Assembleia terão oportunidade de ler a minha intervenção e houve aqui palavras que foram aqui colocadas e que eu não disse e isto quanto mais não seja das entre linhas e do carapuço, enfia-o quem quer.-----

Relativamente a questões de ilicções e democracia, eu de facto não vivi o Vinte Cinco de Abril de setenta e quatro, como não podia viver, tal como o colega da bancada da oposição Fernando Vale também não viveu, portanto aquilo que podemos ver ou é naqueles programas que a RTP tem passado naquele minuto ao fim do dia, ou é no youtube ou à procura na INTERNET, portanto sobre isso, longe de mim criticar a opinião seja de quem seja. Não vou continuar porque já aqui disse isto anteriormente, eu acredito em democracia, eu sou um social-democrata, pugno por ela e a minha intenção foi nesse sentido, de avivar a democracia, ou seja, quando nós fazemos uma pergunta temos que democraticamente aceitar uma resposta. Foi tão simplesmente aquilo que eu disse, tudo o que mais querem é colocar palavras na minha boca e a Ata da próxima Assembleia Municipal sugiro que a leiam. -----

----- Quanto à intervenção escrita, ela é tanto escrita como rabiscada, agora o trazer de casa ou não e fazer aqui quase que adivinho, ainda bem, é sinal que eu me preparo, que eu leio os documentos, que eu faço o trabalho de casa e que eu também acompanho aquilo que é o papel da oposição, seja nas reuniões de Câmara, seja tomadas de posições publicas, seja artigos da oposição, portanto eu não disse nada de novo e muito menos adivinhação, porque no fundo a vossa posição é mais do mesmo, muito obrigada”.-----

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado Fernando Vale**, “foi interessante ouvir estas palavras do senhor membro da Assembleia Municipal Luís Almeida, eu disse o que não disse... Também é engraçado verificar que a sua vida se cinge desde o momento que nasceu para o futuro, portanto desconhece tudo o que se passou para trás, não conhece história, não conhece nada, apenas se cinge desde o momento que nasceu até ao futuro, é reconfortante saber isso, muito obrigada”.-----

-----Pedi a palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça Rui Franco**, apenas para referir, “obrigada Senhor Presidente, não tinha intenção de intervir agora, mas terei que o fazer, até porque o meu colega de bancada Luís Almeida fez uma intervenção que



Assembleia Municipal

acho que os senhores e as senhoras da oposição se desviaram um bocadinho do sentido. O que ele referiu e eu percebi claramente, foi que houve uma falta de colaboração e de participação de V.Ex.as, agora e de quem vos antecedeu na revisão e na construção deste documento. Isso é que foi claro e foi isso que eu percebi disto tudo e esta conclusão é que fica aqui bem clara sobre isso. Obrigada”. ---

-----Pedi a palavra um elemento do público, mas o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, explicou que o senhor não poderia usar da palavra neste momento dos trabalhos, uma vez que o período para a intervenção do público é no início da Assembleia, como o senhor já tinha tido oportunidade de o fazer. -----

-----Continuou dizendo “antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, queria apenas referir aqui duas notas, a primeira é que toda a gente achou e acha importante a existência de um documento ordenador do território desta envergadura, a segunda é felicitar e agradecer ao doutor Rui Portugal a intervenção que fez em nome da Assembleia Municipal e depois também felicitar o executivo e todos os intervenientes neste processo pela maneira como foi conduzido, principalmente no aspeto mais relevante e aqui perdoem-me a ressalva, mas o anterior PDM, a primeira versão, deixou-nos a alguns de nós uma má memória e penso que este caminho que entretanto foi conduzido, terá percebido algumas das coisas que estavam em causa e nomeadamente estará mais de encontro ao desenvolvimento e à vontade da população. Nessa medida e foi por isso que eu também estou a usar da palavra, felicitar a maneira como amplamente foi discutido em sede de todas as freguesias como aqui foi reconhecido e acho que isso terá contribuído, julgo eu, para que esteja mais contentante com aquilo que são as realidade e as necessidades do nosso Concelho. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Ricardo Pereira Alves**, para proferir “eu gostaria muito rapidamente de dizer que sou um filho da democracia e da liberdade. Para mim democracia e liberdade é nós podermos criticar o outro e simultaneamente ter a inteligência e a capacidade de perceber que também podemos ser criticados, quer exerçamos funções no poder quer estejamos na oposição, isso é a essência, isso é a génese da democracia e da liberdade. é assim que eu a entendo é assim que eu a aprendi e é assim que quero continuar a viver na minha vida cívica e também naturalmente na minha vida política. -----

----- Foi aqui feita uma acusação ao Executivo relativamente ao tempo para ver estes documentos, Senhor Deputado Eugénio Fróis, nós não andamos a discutir a Revisão do PDM há um dia, houve uma versão que foi apresentada publicamente, foi alvo de discussão, foi alvo de um conjunto de



Assembleia Municipal

contributos das Juntas de freguesias, das pessoas, das instituições, também das forças políticas, portanto o documento é conhecido há muito tempo.-----

-----Faz exatamente hoje um ano, que a Câmara Municipal decidiu abrir o período de discussão pública da Revisão do Plano Diretor Municipal, por outro lado também aquilo que foi ontem remetido, tem a ver com alguns ajustes, relativamente a documentos que foram aprovados alguns deles à seis anos e portanto careciam de alguma atualização e só depois de termos a certeza que essa atualização podia ser feita sem comprometer as decisões que a comissão de acompanhamento tomou em devido tempo, é que fizemos chegar essas alterações, que são alterações de forma, não são alterações de conteúdo relativamente àquilo que são a estratégia para o Concelho. -----

----- Algumas das intervenções de alguns dos Senhores Deputados, repito de alguns dos Senhores Deputados da oposição deixam-me com um sentimento de absoluta estupefação, é que o Partido Socialista foi ao longo destes anos foram incapaz de produzir uma proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal. No ano dois mil iniciaram uma proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal que chegou este executivo à Câmara em Outubro de dois mil e cinco e quando questionou a Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional do Centro, sobre essa putativa Revisão do Plano Diretor Municipal, fomos informados que a Câmara Municipal não tinha apresentado nenhum documento junto da CCDR e portanto não havia nenhuma revisão em curso. Fico de facto perplexo e estupefacto, quando ouço o Partido Socialista fazer uma intervenção como hoje fez aqui quando foi absolutamente incapaz de apresentar uma proposta da Revisão do Plano Diretor Municipal e que se o tivesse feito em tempo útil, seguramente não teríamos esperado até vinte sete de junho de dois mil e quinze para ter a Revisão do Plano Diretor Municipal concluída é isso que eu gostava que ficasse aqui muito claro.

----- Por outro lado, tenho o maior respeito por todos aqueles que ficam no concelho para contribuir para a criação de riqueza, para a criação de progresso, para a criação de desenvolvimento. Tenho igualmente respeito por aqueles que partem à procura de melhores condições de vida por não terem todas as condições para poder permanecer. A maior das dificuldades em manter o mesmo respeito por aqueles que fazem discursos muito inflamados, por aqueles que fazem reflexões muito profundas sobre o inverno demográfico, sob o decréscimo da população, mas que na primeira oportunidade quando tinham condições para ficar, viraram as costas ao concelho, por esses confesso que não consigo ter o mesmo respeito que pelos anteriores. -----

-----O Plano Diretor Municipal, como eu referi na minha intervenção, é um instrumento de planeamento e foi um documento extremamente participado, extremamente que motivou uma



Assembleia Municipal

discussão muito aprofundada por todo o concelho, não gosto muito quando se fala aqui de alto e baixo concelho em parte este ou parte oeste do concelho, a nossa riqueza é o concelho todo, é a complementaridade da sua diversidade, é muito mais do que a soma de cada uma das freguesias, do que o norte ou o sul, do que o este ou o oeste, o nosso concelho é rico porque tem pessoas extraordinárias, tem instituições extraordinárias e tem um potencial enorme para se poder desenvolver.-----

----- Estamos convictos que esta proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal, como já tive ocasião de referir, não responde de todo às expectativas do Concelho, nem se quer da Câmara Municipal face ao espírito de compromisso que foi preciso fazer com as instituições dos organismos da administração central que têm uma visão muito própria e muito sectorial das matérias, mas é o compromisso possível e também é a concretização daquilo que era um compromisso em termos de ordenamento do território, adaptar o nosso instrumento de gestão territorial mais próximo, aquilo que são os desafios do futuro. Nessa perspetiva julgo que esse objetivo foi alcançado. -----

----- Apenas uma nota final sobre as intervenções do Senhor Deputado António João Lopes e do Deputado em representação da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Batista, ao Senhor Deputado António João Lopes naturalmente que há um forte impulso para que o desenvolvimento se possa construir alicerçado aquilo que são os aglomerados urbanos e nos aglomerados rurais e naturalmente que não são permitidas as construções de prédios fora desses mesmos aglomerados. -----

----- Senhor Deputado Paulo Batista, eu ouvi com atenção a sua intervenção, de facto ouve um conjunto de propostas aceites, outras que não foram aceites, mas rematando esta intervenção e também dando de alguma forma, resposta àquilo que foi a pergunta do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, a quem agradeço todas as palavras elogiosas que teve para com a Câmara Municipal e para com a equipa, eu queria apenas dizer-lhe que defendemos todas as propostas com o mesmo empenhamento e com a mesma determinação, algumas não foram possíveis, mas temos uma taxa de aceitação de quase setenta por cento e isso é significativo. -----

----- Queria apenas pedir ao Senhor Presidente da Assembleia, porque havia aqui a questão técnica da SOLALVA para responder, se permitia que o doutor João Rua e o doutor Alberto Pedrosa, a quem quero agradecer da equipa Síntese que nos acompanhou, pela qualidade do trabalho desenvolvido. Também uma palavra para o doutor Rui Portugal que me acompanhou na Comissão de Acompanhamento e testemunha o empenhamento do Executivo nesta matéria, porque fiz questão de estar em todas as reuniões plenárias da Revisão do Plano Diretor Municipal, o Presidente da Câmara



Assembleia Municipal

esteve presente em todas as reuniões plenárias, não delegou isso em nenhum Vereador, esteve sempre presente e que também reforça o empenhamento do Executivo na concretização deste projeto, muito obrigada Senhor Presidente”.-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal Avelino Pedroso**, referiu que existe todo o interesse em que este esclarecimento da equipa técnica seja feito à Assembleia.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, que usou da palavra para referir, “muito obrigada Senhor Presidente, é um gosto e ficaria mal se eu não dissesse o que vou dizer a seguir, o Senhor Presidente da Câmara sabe que o Deputado Eugénio Fróis é um deputado atento, ninguém questiona isso nem ninguém põe isso em dúvida, penso que todos sabem isso e naturalmente quando eu digo que houve falta de tempo, ouve falta de tempo, porque relativamente àquilo que foi público, eu fui anotando todas as informações que foram chegando e verificando as informações que foram recolhidas nas Freguesias, portanto quanto a isso estamos de acordo. Agora quando nos chega ontem, um conjunto de alterações tão significativas, isto significa que isto é um processo dinâmico e que é preciso tempo para analisar tudo isto, isto é o facto real, não estamos a inventar nada, são coisas concretas e também não posso deixar de terminar sem dar uma declaração de conteúdo prático, apesar da minha leitura a cem à hora feita ontem à noite, privando-me do meu tempo de lazer, ainda vou sugerir algo à equipa técnica que me parece que não está em conformidade. Nos documentos, objetivamente uma situação concreta, nos monumentos de classificação, á um de classificação e interesse nacional e outras classificações como bem sabem e eu estou a referir isto para nos podermos situar, fala-se de pelourinhos a nível concelhio e a classificação que vem é o Pelourinho de Vila Cova do Alva e o Pelourinho de Arganil, senhores técnicos verifiquem a opinião dos especialistas e a obra publicada sobre esta matéria em Arganil, e naturalmente que não é o Pelourinho de Arganil que merece essa referência. Peço-vos de facto que verifiquem isso porque de facto isso constitui naturalmente um erro”.-----

-----Foi dada a palavra à **Senhora Deputada Arménia Coimbra** que proferiu, “muito cirurgicamente, primeiro ponto, em minha interpretação as intervenções do Senhor Presidente da Câmara nas Assembleias Municipais, devem-se restringir às questões que são colocadas pelos Senhores Deputados, a Assembleia é dos Senhores Deputados, Membros eleitos presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia. As considerações que o Senhor Presidente da Câmara faz



Assembleia Municipal

extravasando essa matéria, eu considero-as indevidas e digo isso a propósito do seguinte, os senhores Deputados da sua bancada, não precisam do seu patrocínio defensor no sentido de quando faz intervenções políticas e apenas de indu-lo político e a criticar ou a censurar a intervenção da outra bancada política, não o deve fazer, no meu entender quando nós não nos dirigimos a si Senhor Presidente. Quando nós nos dirigimos a Si, o Senhor Presidente deve responder obviamente porque é a sua honra, o seu nome, a sua função, o seu exercício está em causa. As intervenções entre a bancada do PS que agora há pouco ocorreram e o Senhor Deputado Luís Almeida, não devem merecer a sua apreciação, sob pena de estarmos aqui a permitir que o Senhor Presidente da Câmara possa intervir politicamente questões que entre os Senhores Deputados são normais ocorrer, isto para lhe dizer que o tom que deu ao início da sua resposta, foi um tom de intervenção política mas que lhe fica muito bem no seu órgão Executivo, não aqui, eu pelo menos enquanto Deputada não considero que esteja aqui para ouvir as suas intervenções políticas. -----

----- Segundo ponto também muito cirurgicamente, disse o Senhor Presidente da Câmara que nunca viu o Partido Socialista apresentar um outro documento como versão alternativa, Senhor Presidente isso é pura demagogia fazer-nos esta afirmação. Não diga e não faça essa exclamação pelo seguinte, a máquina que a Câmara tem para apresentar este documento estruturante, tem custos, o senhor recorreu a técnicos e bem, o senhor acabou de citar dois prestigiados técnicos que estão aqui presentes, o Partido Socialista ou a bancada, não tem essa possibilidade, de fazer um documento estruturante, sob pena de lhe apresentar um rascunho, um resquício, é demagogia dizer que nós nunca apresentamos uma versão estruturante. Eu não tenho conhecimento que a bancada do Partido Socialista tenha sido convidada ou proposta para a Comissão de Acompanhamento, o elogio que faz ao Senhor Deputado Rui Portugal, fá-lo muito bem porque sei que é um homem de trabalho, de afinco e de empenho e não está nos lugares por estar. Está porque gosta de estar e se empenha neles, pergunto-lhe se alguma vez criou uma múltipla Comissão de Acompanhamento para que as bancadas que estão representadas ao longo do anterior e recente mandato pudessem contribuir para este documento. -----

----- Terceiro ponto e por fim, daqui a dois anos eu irei ver onde é que V. Ex^a vai exercer trabalho ou função, porque não encaixo nem quero encaixar a censura que faz àqueles que aqui não estão, não fixam, não trabalham e não criam aqui o emprego. Estaremos todos, espero eu daqui a dois anos para ver onde é que vai trabalhar, onde é que vai residir. Disse". -----



Assembleia Municipal

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado António Lopes** para referir, “ este documento é o documento mais importante para os próximos vinte anos da vida de Arganil. Eu fico sem saber se o que foi dito ao engenheiro Moreira quanto à empresa, se aquela não-aceitação da área de proteção, invalida o desenvolvimento da empresa. -----

----- Explicou o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, que a equipa técnica iria fazer esses esclarecimentos. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves** para proferir “ se me é permitido, porque pela convicção da Senhora Deputada Arménia Coimbra, o meu papel enquanto político e cidadão eleito pela maioria dos Arganilenses deve ser restringido nesta Assembleia Municipal. Não foi isso que eu aprendi sobre a democracia e sobre a liberdade e deixe-me que lhe dê nota dessa minha posição totalmente discordante com aquilo que acabou de afirmar. ---

----- Em segundo lugar também dizer-lhe que para ficar claro, porque a Senhora Deputada tem também este talento e esta habilidade de interpretar de acordo com as suas conveniências com aquilo que os outros dizem. De facto aquilo que o Partido Socialista foi incapaz, foi enquanto executivo camarário maioritário, de produzir uma proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal quando iniciou em dois mil e em outubro de dois mil e cinco saiu e não estava o trabalho feito”. -----

----- Foi dada a palavra aos **técnicos, doutor João Rua e doutor Alberto Pedroso**, para fazerem os devidos esclarecimentos. -----

Começaram por cumprimentar todos os presentes e de seguida iniciaram a explicação “é com algum gosto que estou em Arganil, especialmente para discutirmos agora o Plano Diretor Municipal e vou tentar de uma forma muito sintética responder às questões e muito em concreto a da SOLALVA. ----- Só duas notas antes, eu acompanhei com muito interesse a vossa discussão, mas gostaria também de deixar duas notas prévias importantes que se calhar vos pode ajudar noutras futuras discussões. -----

----- Os Planos por si só não mudam nada, são Planos, o que vai mudar o processo de desenvolvimento do vosso município e o vosso futuro são as políticas e as ações e isso é uma responsabilidade importante de todos vós enquanto elementos políticos. O Plano Municipal de Arganil



Assembleia Municipal

é uma proposta equilibrada no seu todo e encaixa multiplicidade de estratégias de desenvolvimento, nesse aspeto estejam descansados, é um plano equilibrado, agora não esperem do Plano coisas que ele não possa dar. Os Planos não resolvem os problemas nem da demografia, nem de investimento nem na criação de emprego, isso tem a ver com dinâmicas e iniciativas locais de desenvolvimento e é para isso que todos devemos trabalhar. -----

----- A questão da SolAlva é uma questão simples, empresas deste tipo que existem no concelho, são sempre tratadas ou foram tratadas assim no Plano Diretor Municipal: em três questões simples, feliz dos Municípios e das regiões que têm empresas deste tipo, é para enquadrar a sua actividade? É. É para permitir a sua ampliação caso seja necessário? É. É para criar condições que até possam vir a ser expandida se for necessário no futuro? É. Todas essas questões foram integradas no Plano Diretor Municipal. Como a Indústria está classificada em termos de actividade económica, portanto pode e tem enquadramento do Plano, toda a área da propriedade foi integrada em área da actividade económica e essa não estava no anterior Plano, houve necessidade de se proceder a uma serie de reuniões as quais o Senhor Presidente sempre esteve presente a nível de Lisboa para desafetarmos parte da área da Reserva Ecológica Nacional e foi desafetada, Dentro da área da propriedade tal como foi solicitado está classificado como atividade económica, pode ampliar e depois havia ali uma outra questão e terceira que me apercebi depois aqui na vossa discussão e que também faz algum sentido, a área de Proteção. A área de Proteção aqui, a Industria não precisa de ser protegida porque ela é compatível com a ocupação que tem ao lado e a ocupação ao lado também não precisa de ser protegida porque ela é compatível com a Industria que ali está, ou com a atividade que ali está. -----

----- Se eu coloca-se por exemplo um verde naquela área, à volta da parcela, o que é que se estava a dizer ou o que é que o Plano estava a dizer? No futuro, a Industria não pode sair da unidade ou da parcela em que está inserida e o proprietário que tinha o verde, recebia o ónus e o município a obrigação de desapropriar. -----

----- A classificação que tem hoje, permite o melhor dos mundos, se entenderem fazer uma faixa de proteção podem-no fazer, se entenderem ou necessitarem no futuro de terrenos para a ampliação podem-no fazer é compatível com a classificação de solo. -----

----- Um Plano Diretor Municipal só classifica o solo e a classificação que tem atualmente toda aquela zona, onde está a SOLALVA e a envolvente, permite a atividade económica como está hoje, permite a ampliação dentro da parcela e permite no futuro caso seja necessário a ampliação para o



Assembleia Municipal

exterior da parcela. Sobre esse ponto de vista o Plano diretor Municipal enquadró as preocupações que foram apresentadas e tidas em conta.-----

----- Na minha perspetiva sobre esse ponto, é uma não questão. Os Planos Diretores Municipais às vezes são difíceis de ler, porque isto trata-se de classificações de solo e entendimentos jurídicos a eles associados, não tem uma tradução direta das coisas. Devemos ter um bocadinho desta atenção e se calhar poderíamos fazer muitos mais debates sobre isso para sabermos qual é o âmbito do alcance do Plano Diretor Municipal porque nós não vamos encontrar lá as coisas muito em concreto.

----- Vou-vos dar um exemplo, não há estratégias em desenvolvimento turístico, os Planos Diretores Municipais hoje, não vão dizer aqui vai acontecer isto, aqui vai acontecer aquilo, eu não sei como é que a iniciativa privada ou a dos promotores vão agir, o que o Plano Diretor Municipal vai fazer e o seu principal objetivo, é não criar dificuldades ao que possa acontecer e hoje a indicação de todas as entidades para tratar o Turismo e hoje é um setor interessante, não vamos territorializar, não vou dizer que é aqui, ali ou acolá, é onde possa acontecer e definir regras para que as coisas possam acontecer. Desde que se respeitem determinadas regras, as coisas podem acontecer haja é dinâmica, a dinâmica é que tem que acontecer, isso é que é o desafio. O desafio não é dizer vou fazer isto, está bem isso todos os Municípios querem, não existe Município nenhum que não queira criar mais emprego, não existe Município nenhum que não queira atrair mais investimento, não existe Município nenhum que não queira ter uma zona Industrial cheia, isso toda a gente quer, o problema é como é que eu vou fazer isso. Isso não é um desenho, não é um plano, é bom que nós as tenhamos, mas é bom que o Plano permita espaço para que as coisas aconteçam. Mas as coisas acontecem quando eu implemento políticas e quando eu passo para a ação, esta é a perspetiva hoje de Planeamento em geral, em Arganil mas também em todos os Municípios do nosso país, é uma realidade diferente do que eram os Planos Diretores Municipais à dez ou quinze anos atrás, ou dos Planos à vinte ou trinta anos atrás feitos por autores. Os Planos não vão adivinhar nem vão desenhar o que vai acontecer no futuro, vão criar um quadro regulador, uma trama onde vão acontecer coisas e vão tentar não criar obstáculos, as políticas e a gestão política que é o que vocês fazem aqui enquanto órgão têm um espaço no Plano Diretor Municipal para criarem o melhor modelo de desenvolvimento mais adequado aos recursos que vocês têm no vosso Concelho e são muitos. Portanto as oportunidades estão aí, o Plano Diretor Municipal de Arganil não tem mais poder, que não seja iniciar uma nova oportunidade de desenvolvimento”.-----



Assembleia Municipal

-----O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal Avelino Pedroso** esclareceu mais uma vez ao senhor engenheiro Moreira, elemento presente do público que não pode usar da palavra neste momento dos trabalhos, tal como esclarece o regulamento da Assembleia Municipal. -----

-----Depois de todas as intervenções e feitos todos os esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia, Avelino Pedroso**, colocou à votação a Revisão do Plano Diretor Municipal de Arganil, tendo a Assembleia Municipal aprovado, por maioria, e em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 79º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e da alínea h) n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, essa Revisão do Plano Diretor Municipal de Arganil, com as abstenções dos Senhores Deputados Arménia Coimbra, Eugénio Fróis, António Simões, Cristina Figueiredo, Fernando Vale, Ana Rita Gonçalves, Paulo Baptista, Leonel Costa e António Lopes. -----

-----Deliberou ainda, que se mantém em vigor a Carta da Reserva Ecológica Nacional, aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/1996 de 9 de maio de 1996, até que a nova Carta da Reserva Ecológica Nacional seja publicada em Diário da República. -----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

-----De seguida a **Deputada Arménia Coimbra** leu a declaração de voto “ a versão final da Proposta da Revisão do PDM não apresenta instrumentos estrategicamente inovadores ambiciosos ou diferentes que permitam sustar o declínio demográfico ou alavancar o crescimento social e económico com base no emprego. Não apresenta qualquer forma de discriminação ou estímulo que permitam diferenciar este território das realidades vizinhas. -----

-----Dois - As opções tomadas no documento votado fundamentam-se na sua maioria em premissas atualmente desatualizadas, a título de exemplo, note-se o que no documento é referido quanto à Cerâmica Arganilense um projeto futuro para instalação de espaços comerciais e campos de jogos. Note-se o que é referido quantos às Aldeias de Xisto como sendo a Benfeita a única delas, ignorando-se nele a de Vila Cova da alva integrada na rede desde o ano de dois mil e onze. Note-se a referência no documento aqui o QREN dois mil e sete dois mil e treze é uma oportunidade para o Concelho quando já terminou há mais de um ano. Fala-se no documento em zonas industriais de nova geração, mas constata-se que se trata apenas de ampliação de espaços industriais já existentes. -----



Assembleia Municipal

-----Três – Não foram introduzidas no documento normas que permitam acautelar melhor os interesses do Concelho que permitam colmatar as graves lacunas do regulamento no que diz respeito às áreas de reserva de recursos geológicos. Assim consideramos manifestamente insuficientes as regras que constam do documento de regulamento aprovado para assegurar os objetivos estratégicos definidos no PDM e no relatório de fundamentações das opções do Plano. -----

----- Por fim e não menos importante do que aquilo que já se disse, o documento votado que é estruturante para o Município de Arganil não foi enviado aos membros desta Assembleia com a antecedência legal, com a antecedência necessária para a reflexão e análise que o mesmo merece.

Esta razão incontornável condiciona sempre em qualquer circunstância o voto consciente de um instrumento como este. Impunha-se que a Assembleia Municipal que o votaria, tivesse só esse ponto na sua agenda, impunha-se que os técnicos seus autores, o apresentassem e respondessem às questões que o mesmo suscita com tempo e antecedência. -----

----- É esta a declaração de voto da Bancada do Partido Socialista para a sua abstenção”. -----

----- Pediu a palavra o **Senhor Presidente da Câmara Ricardo Pereira Alves** apenas para explicar “tem a ver com um aspeto procedimental.-----

----- Esta deliberação tem eficácia está apenas condiciona á publicação da carta da REN em função do parecer que a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro, emitiu e que é habitual em todos os processos de Revisão do Plano Diretor Municipal. Dar apenas nota que a Comissão Nacional da REN já deu o parecer favorável ao documento e portanto ele será entretanto publicado. Muito obrigada Senhor Presidente.” -----

4)-Apreciação da Listagem de contractos plurianuais celebrados entre 15 de Abril de 2015 e 12 de Junho de 2015, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais – alínea c), do nº1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redacção (Lei dos compromissos e pagamentos em atraso).



Assembleia Municipal

5)-Análise e votação da proposta de adesão do Município de Arganil como membro da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA). -----

----Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Ricardo Pereira Alves**, para proferir que “relativamente a este ponto da Associação Portuguesa de Drenagem de Água, que congrega todos os stay coolers do sector, entre empresas, autarquias, todas as entidades que actuam nestas esfera das águas e do saneamento e faz um trabalho importante e parece-nos relevante a autarquia aderir como membro desta associação.

----Depois do esclarecimento feito pelo Senhor Presidente da Câmara, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação tendo sido aprovado pela maioria com uma abstenção, sendo do senhor Deputado António João Lopes.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

6)-Informação para conhecimento do Governo de Portugal – Secretário de Estado da Administração Local do Ofício sobre a transferência da Universalidade da Assembleia Distrital de Coimbra. -----

Esclareceu o **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves**, dizendo “ saiu um novo documento legislativo em que há a transferência da universalidade dos bens que eram propriedade da Assembleia Distrital para as Comunidades intermunicipais e é esse o objecto do despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Local. Haverá depois uma análise muito rigorosa de cada um dos prédios, bem como dos montantes a transferir da Assembleia Distrital para a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, uma vez que há algumas divergências com alguns Municípios, mas no fundo é este o objecto do despacho do senhor Secretário de Estado”. -----



Assembleia Municipal

7) Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão, agradecendo a presença de todos, Senhores Deputados, Executivo, também aos elementos do stafe do Município e à Imprensa que aqui estiveram, desejando um resto de um bom dia e assim, declarou encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente acta que eu, _____, 1º Secretário redigi, subscrevi e também assino.